

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelo
Av. Mostardelo, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado – Sicredi Vale do Taquari RS
Lajeado - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 24 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Lajeado - Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE	583.412	528.821	CIRCULANTE	162.783	141.012
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.328	2.711	DEPÓSITOS (NOTA 11)	112.414	92.561
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 05)	109.188	-	Depósitos à Vista	66.889	58.021
Carteira Própria	109.188	-	Depósitos a Prazo	45.525	34.540
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	303.702	365.994	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	19.162	17.714
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	2	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	6	1
Correspondentes no país	15	38	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	19.156	17.713
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	303.686	365.954	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.622	1.544
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	149.209	144.591	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.622	1.544
Operações de Crédito	156.367	151.045	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	6.549	8.046
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.158)	(6.454)	Empréstimos País - Outras Instituições	6.549	8.046
OUTROS CRÉDITOS	16.177	15.123	OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.036	21.147
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	38	22	Cobrança e Arrecadação de Tributos	37	49
Rendas a Receber	1.017	1.824	Sociais e Estatutárias	1.895	1.600
Diversos (NOTA 07)	15.247	13.392	Fiscais e Previdenciárias	1.179	1.467
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(125)	(115)	Diversas (NOTA 14)	19.925	18.031
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.808	402			
Outros Valores e Bens	1.530	159			
(Provisão para desvalorização)	-	(35)			
Despesas Antecipadas	278	278			
NÃO CIRCULANTE	130.022	110.690	NÃO CIRCULANTE	406.641	376.900
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	80.534	76.217	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	406.641	376.900
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	79.727	75.092	DEPÓSITOS (NOTA 11)	406.239	375.867
Operações de Crédito	87.104	80.316	Depósitos a Prazo	406.239	375.867
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.377)	(5.224)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	402	1.033
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	1	88	Repasses Interfinanceiros	402	1.033
Diversos	1	88			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	806	1.037			
Despesas Antecipadas	806	1.037			
PERMANENTE	49.488	34.473	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	144.010	121.599
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	17.311	17.311	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	30.422	26.615
Outros Investimentos	17.311	17.311	De Domiciliados no País	30.434	26.620
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	27.650	13.231	(Capital a Realizar)	(12)	(5)
Imóveis de Uso	4.981	4.983	RESERVAS DE SOBRAS	107.660	83.497
Outras Imobilizações de Uso	28.984	13.796	Reserva Legal	107.186	83.497
(Depreciação acumulada)	(6.315)	(5.548)	Outras Reservas	474	-
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.527	3.931	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.928	11.487
Outros Ativos Intangíveis	7.956	6.664			
(Amortização acumulada)	(3.429)	(2.733)			
TOTAL DO ATIVO	713.434	639.511	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	713.434	639.511

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	37.216	-	37.216	71.281	-	71.281	59.997	-	59.997
Operações de Crédito	30.607	-	30.607	62.089	-	62.089	59.997	-	59.997
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.609	-	6.609	9.192	-	9.192	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(29.203)	(81)	(29.284)	(59.426)	(138)	(59.564)	(50.632)	(131)	(50.763)
Operações de Captação no Mercado	(26.113)	(20)	(26.133)	(50.535)	(34)	(50.569)	(43.533)	(35)	(43.568)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.084)	(61)	(1.145)	(2.170)	(104)	(2.274)	(1.720)	(96)	(1.816)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.006)	-	(2.006)	(6.721)	-	(6.721)	(5.379)	-	(5.379)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.013	(81)	7.932	11.855	(138)	11.717	9.365	(131)	9.234
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	5.213	1.607	6.820	11.800	2.995	14.795	12.977	3.547	16.524
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.278	3.291	6.569	6.299	6.148	12.447	5.362	5.125	10.487
Rendas de Tarifas Bancárias	2.687	-	2.687	5.436	-	5.436	3.675	-	3.675
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.991)	(686)	(12.677)	(22.911)	(1.117)	(24.028)	(21.394)	(1.177)	(22.571)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.825)	(987)	(7.812)	(14.460)	(1.805)	(16.265)	(12.118)	(1.764)	(13.882)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(37)	(153)	(190)	(139)	(289)	(428)	(102)	(240)	(342)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	23.913	350	24.263	49.113	440	49.553	46.223	1.987	48.210
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(5.812)	(208)	(6.020)	(11.538)	(382)	(11.920)	(8.669)	(384)	(9.053)
RESULTADO OPERACIONAL	13.226	1.526	14.752	23.655	2.857	26.512	22.342	3.416	25.758
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	24	47	30	35	65	(123)	(2)	(125)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.249	1.550	14.799	23.685	2.892	26.577	22.219	3.414	25.633
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	462	462	-	(50)	(50)	-	(375)	(375)
Provisão para Imposto de Renda	-	274	274	-	(25)	(25)	-	(223)	(223)
Provisão para Contribuição Social	-	188	188	-	(25)	(25)	-	(152)	(152)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.249	2.012	15.261	23.685	2.842	26.527	22.219	3.039	25.258
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.842	(2.842)	-	3.039	(3.039)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.249	2.012	15.261	26.527	-	26.527	25.258	-	25.258
DESTINAÇÕES	-	-	-	(20.599)	-	(20.599)	(13.771)	-	(13.771)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.438)	-	(2.438)	(2.016)	-	(2.016)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.186)	-	(1.186)	(1.149)	-	(1.149)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(16.598)	-	(16.598)	(10.338)	-	(10.338)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(377)	-	(377)	(268)	-	(268)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.928	-	5.928	11.487	-	11.487

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	21.726	68.472	-	8.837	99.035
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.194	-	-	(4.382)	(2.188)
Destinações para reservas	-	4.419	-	(4.419)	-
Outras destinações	-	-	-	(36)	(36)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.182	-	-	-	1.182
Baixas de capital	(487)	-	-	-	(487)
Resultado do período	-	-	-	25.258	25.258
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.149)	(1.149)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.338	-	(10.338)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.000	-	-	(2.016)	(16)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	268	-	(268)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	26.615	83.497	-	11.487	121.599
Mutações do Período	4.889	15.025	-	2.650	22.564
Saldos no início do período em 01/01/2016	26.615	83.497	-	11.487	121.599
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.131	-	-	(4.249)	(3.118)
Destinações para reservas	-	7.188	-	(7.188)	-
Outras destinações	-	-	-	(50)	(50)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.067	-	-	-	1.067
Baixas de capital	(805)	-	-	-	(805)
Resultado do período	-	-	-	26.527	26.527
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.186)	(1.186)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.124	474	(16.598)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.414	-	-	(2.438)	(24)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	377	-	(377)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	30.422	107.186	474	5.928	144.010
Mutações do Período	3.807	23.689	474	(5.559)	22.411
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	27.968	90.685	-	11.266	129.919
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	540	-	-	-	540
Baixas de capital	(500)	-	-	-	(500)
Resultado do período	-	-	-	15.261	15.261
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.186)	(1.186)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.124	474	(16.598)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.414	-	-	(2.438)	(24)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	377	-	(377)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	30.422	107.186	474	5.928	144.010
Mutações do Período	2.454	16.501	474	(5.338)	14.091

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	13.546	30.166	27.614
Resultado do semestre/exercício	15.261	26.527	25.258
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.715)	3.639	2.356
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(893)	2.857	1.841
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(35)	35
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(203)	10	38
Depreciação do imobilizado de uso	472	912	851
Amortização do intangível	378	696	595
Baixas do ativo permanente	33	118	444
Provisão para passivos contingentes	28	28	28
Destinações ao FATES	(1.186)	(1.186)	(1.149)
Dividendos SicrediPar	(344)	239	(327)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(52.191)	(72.146)	51.218
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	46	-	-
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(56.607)	(109.188)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.737	1	4
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	1	23	(15)
(Aumento) em operações de crédito	(16.834)	(12.110)	(14.036)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(4.993)	818	1.214
(Aumento) em outros créditos	(825)	(1.217)	(4.128)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	312	(1.140)	(1.123)
Aumento em depósitos	17.592	50.225	65.629
Aumento em relações interdependências passivas	1.269	78	88
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.059)	(1.497)	788
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(1.149)	(884)
Aumento em outras obrigações	5.170	3.010	3.681
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(38.645)	(41.980)	78.832
Aquisição de Imobilizado de Uso	(9.673)	(15.449)	(4.821)
Aplicações no Intangível	(243)	(1.292)	(1.750)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(9.916)	(16.741)	(6.571)
Integralização de capital	540	1.067	1.182
Baixa de capital	(500)	(805)	(487)
Juros ao capital próprio	(24)	(24)	(16)
Distribuição de Sobras	-	(3.168)	(2.224)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	16	(2.930)	(1.545)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(48.545)	(61.651)	70.716
Caixa e equivalente de caixa no início do período	355.559	368.665	297.949
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	307.014	307.014	368.665

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/03/1906 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa. O valor apresentado na Nota 18 item "c" foi reapresentada devido a alteração da fonte utilizada para a consolidação dos valores, buscando também os valores de encargos e valores pagos ao conselho de administração.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os passivos tributários foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias e na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias". Todos os valores foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação entre os exercícios de 2015 e 2016, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	528.908	(87)	528.821
OUTROS CRÉDITOS	15.210	(87)	15.123
Diversos	13.479	(87)	13.392
Ativo Não circulante	110.603	87	110.690
OUTROS CRÉDITOS	1	87	88
Diversos	1	87	88
Passivo circulante	141.012	-	141.012
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.147	-	21.147
Fiscais e Previdenciárias	1.468	(1)	1.467
Diversos	18.030	1	18.031

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	16.524	-	16.524
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.651	(164)	10.487
Rendas de Tarifas Bancárias	3.511	164	3.675

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 10 de março de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	3.328	2.711
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	303.686	365.954
Total	307.014	368.665

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	109.188	-
Total circulante	109.188	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	115.432	66.869	182.301	165.378
Financiamentos	21.460	19.542	41.002	46.697
Financiamentos rurais e agroindustriais	19.475	693	20.168	19.286
Carteira total	156.367	87.104	243.471	231.361

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	38	-	38	22
Títulos e créditos a receber (i)	10.796	1	10.797	8.914
Total	10.834	1	10.835	8.936

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	106.892	94.349	534	472
Nível B	1,00	100.433	95.827	1.004	958
Nível C	3,00	14.769	17.812	443	534
Nível D	10,00	13.385	18.474	1.338	1.847
Nível E	30,00	7.636	6.062	2.291	1.819
Nível F	50,00	3.677	2.730	1.838	1.365
Nível G	70,00	1.008	818	706	573
Nível H	100,00	6.506	4.225	6.506	4.225
Total (i)		254.306	240.297	14.660	11.793

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.337	25.346	28.376	28.030	83.089	83.997
Rural	31	1.914	17.530	693	20.168	19.286
Industrial	92	6.149	6.919	10.471	23.631	18.901
Comércio	944	21.081	15.609	15.629	53.263	56.245
Outros Serviços	143	15.722	26.008	32.282	74.155	61.868
Total	2.547	70.212	94.442	87.105	254.306	240.297

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	51.697	20,33	37.725	15,70
50 devedores seguintes	59.925	23,56	53.272	22,17
100 devedores seguintes	30.923	12,16	26.429	11,00
Demais	111.761	43,95	122.871	51,13
Total	254.306	100	240.297	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	11.793	9.914
Constituição de provisão	6.721	5.379
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.854)	(3.500)
Saldo final	14.660	11.793

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.302 (2015 - R\$ 1.279), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 5.730 (2015 - R\$ 3.873).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	50	89
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.791	3.575
Adiantamentos por conta de imobilizações	505	-
Devedores por depósitos em garantia	350	307
Impostos e contribuições a compensar	285	149
Títulos e créditos a receber	10.796	8.914
Valores honrados	28	21
Operações com cartões	86	10
Pendências a regularizar	27	171
Outros	329	156
Total Circulante	15.247	13.392

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	87
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	88

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	1.517	150
Imóveis	1.517	150
Material em estoque	13	9
Despesas antecipadas	278	278
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(35)
Total Circulante	1.808	402

Despesas antecipadas	806	1.037
Total realizável a longo prazo	806	1.037

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	9.716	9.716
Sicredi Participações S.A.	7.592	7.592
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	2	2
Total	17.311	17.311

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.462.084 ON	2.462.084 ON	1	1	9.715.959	9.715.959
	5.129.742 PN	5.129.742 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,87%	0,94%	0,63%	0,72%	2,77%	2,84%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	7.592	7.592	1	1	9.716	9.716

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	33.965	(6.315)	27.650	13.231
Imobilizações em curso	-	18.618	-	18.618	4.381
Terrenos	-	4.982	-	4.982	4.983
Instalações	10%	2.986	(1.561)	1.425	1.458
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.628	(1.454)	1.174	1.158
Sistema de comunicação	10%	118	(73)	45	58
Sistema de processamento de dados	20%	3.609	(2.547)	1.062	885
Sistema de segurança	10%	372	(223)	149	139
Sistema de transporte	20%	652	(457)	195	169
Intangível (i)	5% a 15%	7.956	(3.429)	4.527	3.931
Investimentos Confederação		7.956	(3.429)	4.527	3.931
Total		41.921	(9.744)	32.177	17.162

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	66.889	-	-	66.889	58.021
Depósitos a prazo	23.397	22.128	406.239	451.764	410.407
Total	90.286	22.128	406.239	518.653	468.428

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	19.156	17.713
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	19.156	17.713
Total circulante	19.156	17.713
Recursos do Crédito Rural	402	1.032
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	402	1.032
Total exigível a longo prazo	402	1.032

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/05/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	6.549	8.046
Cooperativa Central Sicredi Sul	6.549	8.046
Total circulante	6.549	8.046

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015 (Reapresentado)
Cheques administrativos	731	623
Obrigações por convênios oficiais	10	5
Provisão para pagamentos a efetuar	4.746	5.392
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	282	254
Provisão para coobrigações (i)	1.394	1.362
Pendências a regularizar	2	15
Operações com cartões	10.089	8.127
Demais fornecedores	1.355	1.085
Credores diversos	1.316	1.168
Total circulante	19.925	18.031

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	253	14	-	267
Cível	-	14	-	14
Tributária	1	-	-	1
Total	254	28	-	282

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	267	253
Cível	Provável	14	-
Tributária (i)	Provável	1	1
Total		282	254

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 20 e R\$ 69 (2015 - R\$ 45 e R\$ 100), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	30.422	26.615
Total de associados	50.243	49.082

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.807 (2015 – R\$ 4.889), sendo R\$ 3.545 (2015 – R\$ 4.194) via integralização de resultados e R\$ 1.067 (2015 – R\$ 1.182), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 805 (2015 – R\$ 487).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,84% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.438, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 68% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.577	25.633
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.162)	(10.766)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	1	14
Provisão resgate milhas cartão	(1)	88
Provisão de PPR	5	26
Receita com atos cooperativos	9.948	8.888
Juros sobre o capital próprio	1.024	806
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	475
Outros	135	94
Subtotal	11.112	10.391
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(50)	(375)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 05)	109.188	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	303.686	365.954
Outros Créditos - Rendas a receber	574	1.131
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.309	1.925
Investimentos (Nota 09)	17.309	17.309
Intangível (Nota 10)	4.527	3.931
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	19.558	18.745
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.549	8.046
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	9.911	8.068
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	9.192	-
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	3.435	110
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	44.511	44.029
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	2.274	1.816
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	680	563
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	6.306	6.244

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	181	0,27%	233
Depósitos a prazo	4.274	0,95%	3.548
Operações de crédito	278	0,11%	132

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores, Conselheiros de Administração ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015 (Reapresentado)
Pessoas chave da administração	3.341	3.865

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 16.265 (2015 - R\$ 13.882), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.433	1.549
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	42.986	42.282
Reversão de provisões operacionais	3.476	1.449
Outras rendas operacionais	1.658	2.930
Total	49.553	48.210

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.797	352
Contribuição O.C.E.	95	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	228	360
Contribuição Confederação Sicredi	4.504	4.489
Cooperativa Central Sicredi Sul	655	604
Encargos da administração financeira	245	261
Repasse Administradora de Cartões	597	479
Outras provisões operacionais	2.352	1.224
Outras despesas operacionais	1.447	1.200
Total	11.920	9.053

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	76.031	80.685
Total	76.031	80.685

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	141.964	120.623
Capital principal - CP	141.964	120.623
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	107.661	83.497
Lucros acumulados	5.928	11.487
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	2.046	976
Total do capital qualificado	141.964	120.623
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	49.725	47.544
Índice sobre o PR considerando a RBAN	30,08%	28,09%
Situação para o limite de imobilização	30.136	16.189
Índice de imobilização (limite 50%)	21,23%	13,42%

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Luiz Mario Leite Berbigier
Diretor Executivo
CPF: 326.830.060-04

Graziela Reis Bogorni
Diretora de Operações
CPF: 622.289.860-20

Giovana Bresciani Matte
Contadora
CRC: RS-73356/O-0
CPF: 930.408.650-72